

O CAMPO DO IDOSO E A ATIVIDADE FÍSICA FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS: ALGUMAS REFLEXÕES

Silvio Telles

RESUMO

Ao longo do século XX, transformações em diversos setores sociais possibilitaram uma nova atitude dos idosos no tocante à própria concepção de sua existência e dessa dentro da sociedade. Os movimentos sociais e pessoas a eles relacionadas desenvolveram formas de manifestações da chamada sociedade civil organizada que exerceram a "função social" de representar interesses coletivos. A invenção da terceira idade, o Estatuto do Idoso e a criação de atividades interventivas refletem a pressão de diversos campos sociais como o econômico, o médico e o político que deflagaram uma nova atitude, fruto de uma reinterpretação mundial sobre os idosos.

Palavras-chave : Idosos – Atividade Física – Campos Sociais

ABSTRACT

During the twentieth century transformations in many social sectors made a new attitude from the elderly possible in relation to the conception of their on existence and of it in the society. The social movements and persons related to them developed manifestations of the called organized civil society that exerted a "social function" by representing collective interests. The invention of "third age", the elderly statute and the creation of interventive activities reflect the pressure of many social fields, like the economic, medical, and political that stimulated a new attitude, which is the consequence of a worldwide reinterpretation of the elderly.

Key words: Elderly, Physical Activities, Social Fields.

RESUMEN

A lo largo del siglo XX transformaciones en diversos sectores sociales posibilitaron una nueva actitud de los ancianos em relación a la concepción de su existencia y de esta concepción dentro de la sociedad. Los movimientos sociales y personas relacionadas, desarrollaron formas de manifestaciones de la llamada sociedad civil organizada que ejercieron la "función social" de representar los intereses colectivos. La invención de la tercera edad, estatuto del anciano y creación de actividades interventivas reflejan la presión de diversos campos sociales como el econômico, médico y político que desencadenaron una nueva actitud, fruto de una representación mundial sobre los ancianos.

Palabras llaves: Ancianos, Actividad Física, Campos Sociales.

O advento das atividades físicas impulsionado pelos conceitos da promoção da saúde nos últimos vinte e cinco anos tem se tornado recorrente nas discussões que atrelam de forma significativa as condições de vida das populações à sua condição de saúde. Entendendo essa nova dimensão de análise como uma concepção ampla do

processo saúde-doença e de seus determinantes. Agora, busca-se a articulação de saberes técnicos e populares e a mobilização de recursos institucionais e comunitários, públicos e privados para seu enfrentamento e resolução. (BUSS, 1990)

O que, entretanto, vem caracterizar a promoção da saúde, modernamente, é a constatação do papel protagonista dos determinantes gerais sobre as condições de saúde, em torno da qual se reúnem os conceitos do segundo grupo. Este, sustenta-se no entendimento que a saúde é produto de um amplo espectro de fatores relacionados com a qualidade de vida, incluindo um padrão adequado de alimentação e nutrição, e de habitação e saneamento; boas condições de trabalho; oportunidades de educação ao longo de toda a vida; ambiente físico limpo; apoio social para famílias e indivíduos; estilo de vida responsável; e um espectro adequado de cuidados de saúde. (BUSS:1990:167)

A interação de processos multifatoriais tornou-se fundamental. As relações entre os diversos campos que englobam a vida do ser humano forjam seu *habitus*¹. Dentro dessa perspectiva, acreditamos que atualmente a sociedade percebe seus idosos e conseqüentemente o seu *habitus* como parte integrante de um processo de normalidade, compreendendo os mecanismos que possibilitam uma nova atitude social que demonstra entre os idosos a prática regular de atividades físicas .

A educação física, o desporto e o lazer baseados nesse novo paradigma passaram a ser apontados como importantes veículos para o aprimoramento da qualidade de vida do idoso, ao mesmo tempo em que se reconhecia ser inviável desenvolver estilos de vida saudáveis sem a existência de uma sinergia entre outros fatores relacionados às condições básicas de vida dos indivíduos como: saneamento básico, emprego, moradia, saúde, dentre outros.

Ao longo do século XX, transformações em diversos setores sociais possibilitaram uma nova atitude por parte dos idosos no tocante à própria concepção de sua existência. Ao acharem que as energias gastas com atividades não representavam significância em determinado momento histórico, mantinham-se sedentários no intuito de viver mais. Percebemos que, das rupturas e continuidades de um processo de compreensão do que era ou não adequado para uma parcela da sociedade que não figurava significativamente no rol das preocupações sociais, acabaram por reverberar o inexorável avançar das ciências, tanto humanas como médicas.

Da influência do campo econômico até as ramificações oriundas de suas pressões no campo midiático, vemos que são impostos à população estilos de vida que refletem os objetivos das classes dominantes. Não é raro vermos parcelas inteiras de uma sociedade aderir a factóides que foram plantados com intuítos exclusivamente de manobra. Desde a política do pão e do circo até os fenômenos globalizantes, vemos a influência de um campo sobre outro. A busca por atividades distintas e a relação com o próprio corpo, enquanto dimensões privilegiadas do *habitus*, são fatores determinantes para a distinção de diferentes esportes. Mesmo no interior de uma mesma classe, caracterizada por todo um universo de estilos de vida, frações podem ser demarcadas com os mesmos indicadores. Com esse raciocínio, a lógica proporcionada pelo tipo de

¹Conceito Bourdiano que define *habitus* como uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação. (Bourdieu, 2004).

relação com o corpo que a prática favorece ou exige permite pensar a história do esporte e da atividade física numa perspectiva moderna.

À luz dessa afirmação, será possível uma compreensão do homem moderno. Um homem afeto aos bens de consumo que possibilitam viver mais e melhor a cada ano que se passa, acreditando nos avanços e descobertas científicas que levam a um estilo de vida que nos acalenta envelhecer dentro de padrões de qualidade jamais vistos. E isso tudo embalado por um processo industrial alicerçado pela mídia que nos oferece caminhos (nem sempre fidedignos) para a tão almejada velhice feliz, livre das pressões morais que tanto destinaram idosos a um envelhecer enfadonho e acima de tudo infeliz. Concordando com Bourdieu, (1983:113) “a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável”

Baseado nas proposições já citadas, buscamos nesse artigo apontar conceitos e transformações que permitiram um novo entendimento: do idoso com ele mesmo, dele com a atividade física e dos dois com a sociedade, que agora passou a entendê-lo sob uma ótica diferente de outras épocas. Para tal, foi realizada uma revisão de literatura que confrontada com interpretações do nosso momento histórico frente às transformações sociais idealizou/forjou um perfil do idoso, sendo esse mais afeto às práticas físicas alicerçadas pelas influências de diversos setores sociais. Essas mudanças permitiram um novo paradigma, uma nova atitude do idoso para com o mundo e vive-versa, configurando-se como uma tendência, deflagrando movimentos sociais pro- idosos que deram e darão os contornos do campo para os anos que estão por vir.

Acreditamos que os campos sociais, em maior ou menor grau agem influenciando-se mutuamente. O surgimento de um campo é reflexo de diversos fatores que convergem para uma determinada situação que dinamiza um novo mecanismo particular.

Os campos se apresentam, segundo Bourdieu (1983:89):

Como espaços estruturados de posições cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes.

O estudo dos campos com sua autonomia nos permite acreditar em uma teoria geral que faz analogias entre os campos se tornarem pertinentes. Por isso, usar o que se aprende em um determinado campo, pode servir para inferir e ou interpretar outros campos.

Isto posto, cremos que o campo do idoso surge das pressões de diversos campos, dentre eles o econômico, o médico e o político que buscaram equacionar sua problemática, que por se configurar como um movimento inexorável em todo o mundo mesmo que tardiamente no Brasil, tornou-se uma realidade incômoda principalmente frente aos alicerces capitalistas calcados na exploração e no lucro.

Compreender esse fenômeno que se desenvolve em nível global torna-se fundamental para o entendimento que o nosso estudo se propõe a discutir. Como avaliar a idade do indivíduo sem relacioná-la ao seu contexto social? Quando afinal podemos aceitar o início da idade idosa? Onde se enquadra a terceira idade e a quarta idade?

Percebemos que o problema social do idoso dentro da sociedade moderna é carregado de iniciativas que tentam equacionar, em prol do sistema, os desdobramentos desse envelhecer social. E dessa dinâmica surgiram diversos movimentos que envolveram uma grande parcela da sociedade na tentativa de se adaptar a uma crescente realidade que não dá ainda sinais de desaceleração.

O crescimento populacional dos idosos

Atingir idades avançadas é um privilégio da idade contemporânea. Em “A psicologia do Envelhecimento”, Ian Hamilton (2002) faz comentários que apontam para um aumento significativo da população de idosos. Calcula-se que nos tempos pré-históricos a velhice era extremamente rara e mesmo no século XVII acredita-se que apenas 1% da população vivia mais de 65 anos. No século XIX essa proporção subiu para aproximadamente 4%.

A Organização das Nações Unidas (ONU) deduz que daqui a aproximadamente 25 anos a população de 60 anos crescerá em 88%, para um aumento de 45% de indivíduos em idade de trabalho. Nos países em desenvolvimento, somente a partir de meados do século XX a percepção do crescimento do contingente de idosos começou a ser identificada (Freitas, 2006).

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) baseado nos indicadores de 2005, aponta uma população idosa de 17, 6 milhões de pessoas o que representa 9,7%² da população. Ainda seguindo as estimativas, acredita-se que o Brasil em 2025 excederá 30 milhões de idosos correspondendo a 15% de sua população, sendo considerada a 6ª nação do mundo com o maior número de idosos. Os dez países com maiores contingentes de idosos representam 62% da população de idosos do planeta.

Quando comparamos o crescimento do idoso e da criança em nosso país fica mais claro o envelhecimento populacional pelo qual Brasil vem atravessando. O número de idosos vem crescendo mais rapidamente do que o das crianças. Em 1980, existiam 16 idosos para cada 100 crianças. Em 2000 essa relação estava em 30 para 100. Assim, apesar da fecundidade ser o maior componente da dinâmica demográfica brasileira em relação à população idosa, é essa última que vem construindo progressivamente os traços de um novo panorama etário. (IBGE, 2002)

Velhice, do reconhecimento à legitimação de um problema social:

No Brasil, em 1923, através da lei Eloy Chaves deu-se a primeira preocupação em desenvolver uma legislação com relação à aposentadoria. Dentro dessa perspectiva, esta lei começa a transformar a vida do aposentado e por conseqüência a modificar a vida do idoso que começa a ver seus direitos, após o término da jornada de trabalho, entrarem no rol das preocupações governamentais.

Desde então, a construção do campo do idoso não parou mais. No final dos anos de 1970, é criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), que era subordinado ao Ministério da Previdência e Assistência Social. Alguns anos mais tarde, a constituição de 1988 demonstrou sua preocupação regulamentando os direitos dos idosos, arbitrando a aposentadoria em 25 anos de exercício para mulheres e de 30 para homens. A temática sobre o que fazer com os aposentados já figurava como um problema a ser resolvido. As ações governamentais não ficaram por aí.

² Mesmo esses 9,7% já representam uma novidade em um país cujos censos de 1940, 1950, 1960 e 1970 apresentaram uma estabilidade do perfil etário impressionante: a população abaixo dos 20 anos manteve-se por volta de metade do total e a acima de 65 anos em torno de 3% daquele mesmo total. (IBGE, 2002)

Leis foram criadas como a de nº. 8842/94 que dispõe sobre a política nacional do idoso, referindo-se a diretrizes governamentais na área da saúde atuando na ação preventiva, de promoção, proteção e recuperação da saúde do idoso, mediante programas de lazer e atividades físicas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da terceira idade e estimulem sua participação na comunidade (Brasil /Congresso Nacional /lei nº. 8842/94).

Em 1º de outubro de 2003 é sancionada a Lei nº. 10.741 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, que institui a regulamentação dos direitos assegurados as pessoas com idade igual ou superior a 60(sessenta) anos.

Ressaltamos o artigo 9º onde o Estado assume a garantia no que tange à proteção à vida e à saúde do idoso, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições dignas.

Sobre a lei 10.741, o SESC³ realizou em outubro de 2005 o Encontro Nacional dos Idosos na unidade Pompéia na cidade de São Paulo. Desse encontro, foi escrito a “Carta Aberta à Nação: Avaliação e Perspectivas do Estatuto do Idoso”. Uma das conclusões foi que tal lei permanece desconhecida nas esferas administrativas-federal, estadual e municipal e também pela maioria dos idosos brasileiros. A simples promulgação da lei não gerou pragmaticamente, segundo o documento do SESC, transformações significativas dentro do cotidiano da pessoa idosa.

Uma das críticas feita pelo documento do SESC incide sobre a atenção integral à saúde por parte do Estado pregada no Estatuto. As reclamações residem na compreensão de que a saúde do cidadão idoso não pode ser reducionistaamente atrelada ao deficiente serviço prestado pelo SUS (Sistema Único de Saúde). Tal serviço é dito como inoperante e inexistente frente ao Estatuto. Contudo, o problema não se restringe ao cidadão idoso. O problema é estrutural. Qualquer cidadão que necessite do SUS, corre o risco de não ver suas necessidades básicas serem atendidas.

Simões (1998) comenta que os problemas relativos à aposentadoria e à previdência ganharam nova visibilidade política no Brasil nos anos de 1990 devido aos próprios aposentados e pensionistas terem ocupado as ruas e com isso ampliando o espaço destinado à temática na mídia. Os idosos não o fizeram somente com suas costumeiras filas nos postos de saúde, mas também com caravanas, congressos e manifestações de protesto. Tal atitude deflagrou um movimento pró-idoso. O autor ainda ressalta que essas manifestações deram notoriedade ao problema e que desde anos de 1980, através de intervenções públicas agindo de forma decisiva, propiciaram que as discussões sobre os idosos assumissem posição de destaque no debate político do país.

É interessante analisar que a Carta Aberta à Nação foi escrita por idosos, visto que em determinados momentos os mesmos se colocam como sujeitos da escrita:

Nossas observações e conclusões sobre esses quase dois anos de vigência do Estatuto indicam que o poder público ainda está longe de cumprir a sua parte. Mas mostram também que nós, os idosos, assumimos definitivamente a responsabilidade de participar da vida nacional rumo a um mundo melhor para todas as gerações de brasileiros. (SESC, 2005:6)

³ O SESC representa uma instituição de vanguarda dentro das atividades para idosos no Brasil. Seu processo interventivo surge nos anos de 1960 em São Paulo (SESC, 1999)

Haddad (1986) já previa esse tipo de situação. Dentro da sociedade industrial moderna onde a produção norteia as relações sociais, os idosos acabam sendo marginalizados em virtude da diminuição de seu poder de produção. A autora afirma que, apesar dos especialistas e políticos serem possíveis aliados, serão eles, os idosos, que deverão agir para resolver seus problemas. Cabe, contudo, afirmar que muitos desses problemas são fruto das contradições da sociedade capitalista.

Os movimentos sociais e pessoas a eles relacionadas desenvolvem formas de manifestações espontâneas da assim chamada sociedade civil organizada, que deve exercer a "função social" de representar interesses coletivos e praticar atos tendentes à sua defesa e /ou implementação. Os idosos frente a sua nova condição de problema social devem fazer uso dessa influência para modificar a realidade que os rodeia. O chamado "Power Grey" já é uma realidade em muitos países, onde destacamos EUA e a França.

O estado de São Paulo foi o primeiro a iniciar as intervenções em diversos campos da vida do idoso, ratificando um movimento para essa parcela minoritária dentro daquela realidade brasileira. Prata (1990) nos apresenta um grande número de informações que demonstram uma nova visão sobre a intervenção de atividades físicas com idosos no Brasil. Ao descrever os diversos programas que surgiram a partir do final da década de 1970 na cidade de São Paulo, o autor relata uma nova preocupação. O lazer, o associativismo, a saúde e as informações representavam as características dos seguintes programas: LBA- SESC - Grupo Especial de Desenvolvimento do Programa do Idoso (GEPRO) – Secretaria de promoção Social do Estado de São Paulo – Secretaria de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo – Serviço de Geriatria do Hospital das clínicas da USP – Programa de Preparação para a Aposentadoria – MOPI (Movimento Pró-Idoso).

É inegável. Estamos diante de um problema social. De um lado, o sistema capitalista que vê nos idosos uma mão de obra inoperante que ainda gasta recursos que poderiam ser destinados a parcelas da sociedade potencialmente mais produtivas. Em oposição, estão os idosos, que lutam para desvincularem-se do estigma de inúteis, confrontam-se com a manipulação social da idade e de outros conceitos e definições organizados no intuito da manutenção do *status quo*. Essa resistência⁴ em permanecer no mercado se faz sentir no aumento do número de idosos que trabalham no mercado informal sustentando ou contribuindo para a renda familiar.

Um problema social não é somente o resultado do mau funcionamento da sociedade, mas pressupõe um verdadeiro "trabalho social" que compreende duas etapas essenciais. O reconhecimento e a legitimação. O primeiro tem como objetivo tornar a situação digna de atenção. Os envolvidos dentro dessa necessidade de reconhecimento devem construir uma nova categoria de percepção do mundo social. O segundo deve tornar público o problema e com isso inseri-lo no campo das preocupações sociais do momento. (Lenoir, 1996)

Considerando-se as duas etapas do problema social percebemos que ambas já foram transpostas dentro da sociedade brasileira. Já reconhecemos o problema do idoso em nosso país e sua legitimação é notória, visto as leis e ações em prol dessa clientela. Apesar de o problema estar configurado, estamos longe de nos aproximarmos de uma solução.

⁴ Cabe ressaltar que permanecer dentro do mercado não se configura apenas como uma resistência por parte dos idosos. O idoso que volta ao mercado de trabalho, não paga passagem, não fica grávido nem enfrenta filas, por isso torna-se interessante tê-los no quadro de funcionários.

Como e porque chegamos até aqui?

O envelhecimento da população nos leva a um novo problema, principalmente nas democracias capitalistas. Assim pensa Simone Beauvoir (1970) em sua obra “A Velhice a Realidade Incômoda” que apesar de relativamente antiga, ainda hoje reflete nossa realidade. A autora comenta que as pessoas idosas não apenas aumentaram seu contingente. Na verdade elas acabam por integrar-se à sociedade de uma forma até então nunca vista, o que obriga a sociedade a decidir a respeito dos rumos dos idosos e esta decisão deve partir das instâncias governamentais. Por isso a velhice tornou-se objeto de uma política.

Beauvoir (ibid) descreve, ao longo da história da humanidade, a relação da sociedade com seus velhos. Pudemos perceber as diversas ações por parte da sociedade que transitou desde a eliminação (quando não mais podiam trabalhar), do enaltecimento (devido à experiência), até o abandono e a marginalização, sendo esse último presente até os dias atuais. A autora mostra que ao se aproximar da aposentadoria o trabalhador é constrangido a se afastar - o patrão o despede ou então ele opta por abandonar o mundo do trabalho por razões de saúde. Mas, na realidade, ele não desejou estar nessa condição.

Nesse estágio, cabe avaliar o processo de envelhecimento e as condições em que o trabalhador chegou à velhice. A mesma é resultante de uma longa existência onde saúde, educação, lazer, alimentação, moradia, distância do trabalho, enfim a composição de diversos fatores configura a situação na qual o indivíduo se encontra, na fase final de sua vida.

Magalhães (1989) comenta sobre o pseudo-idoso ou a velhice precoce, onde indivíduos de 50 aparentam 60 anos devido às agruras a que foram submetidos ao longo de sua existência. Na realidade, são idosos de fato, já que sua condição remete a uma etapa da vida que apesar de cronologicamente não estar presente, biologicamente e socialmente se impõem de forma definitiva. Esse idoso provavelmente não chegará aos 60 anos em condições de descansar com segurança, pois morrerá antes ou as seqüelas da exploração serão tantas que o fim será penoso, dependente e, em muitos casos, só.

Concordamos com o autor quando fala sobre as condições do pseudo-idoso (velhice-precoce):

Sem dúvida, a que não tem porta-vozes, nem serve de referência para o exame e a proposição de políticas para a velhice ou políticas para o envelhecimento porque, além de anônima, vive na subsistência e na ignorância das áreas rurais, dos pequenos arraiais e distritos do vasto sertão interior; ou então na periferia urbana de nosso país industrial e pós-industrial, em suas áreas mais desenvolvidas e influentes. (MAGALHÃES: 1989:23)

Na tentativa da manutenção das relações de poder, as idades e suas fases aparecem de forma imposta por aqueles que não querem alterar as tensões sociais. As terminologias das idades são em si mesmo o resultado desse antagonismo latente, onde cada um reclama para si a prerrogativa de escolha onde acaba uma fase e começa outra.

Lenoir (1996:71) assim tenta explicar essa relação de disputa:

A fixação de uma idade legal, por exemplo, a da maioridade aos dezoito anos ou da aposentadoria aos sessenta e cinco, exerce

seus efeitos sobre a luta entre as gerações. Tende a constituir uma espécie de norma oficial que deve ser levada em consideração pelos agentes nem que fosse pelo fato de que a essas idades estão associados determinados direitos.

O autor ainda completa afirmando que a velhice, assim como a juventude não é uma espécie de característica substancial que acontece com a idade, mas uma categoria cuja delimitação resulta do estado das relações de força entre as classes. Somamos à afirmação do autor outras questões que ajudam a forjar a velhice como o gênero e a própria etnia, que associados à questão cultural influenciam a compreensão do avançar da idade e suas implicações dentro das relações de força e coesão social.

A realidade social acaba por caracterizar-se por ser o somatório de todas essas lutas onde a tentativa de manutenção ou transformação do poder vigente perpassa pelos interesses do Estado em definir o momento em que se entra ou sai de determinadas disputas sociais.

Quando se define a uma determinada idade cronológica para se ter o direito ao acesso à aposentadoria, constrói-se uma barreira que conduz o indivíduo a se preparar para o fim de suas atividades produtivas. Nesse ponto, a condição na qual o indivíduo se encontra, muitas vezes, não é condizente com o afastamento do mundo do trabalho.

Beauvoir (ibid) apresenta uma pesquisa que comprova o dito acima. Fruto de um seminário realizado em 1966, a autora destacou que a diferença entre homens de 50 e 60 anos não se mostrou muito acentuada. No setor industrial, foram examinados 5000 assalariados idosos e chegou-se a seguinte constatação: que entre 60 e 64 anos 82,6% eram capacitados para um trabalho sem restrições, 7,3% para trabalhos leves, 2,3 para um trabalho parcial e 7,7% já deveriam estar aposentados. Entre 65 e 69 os índices eram respectivamente; 81,5%, 7,7%, 2,1% e 8,7%. Depois dos 70 os resultados foram; 80,7%, 4,1%, 2,8% e 12,4%. Mesmo ciente de que o estudo foi realizado há mais de 30 anos, sua conclusão é atemporal visto que, já em 1966, tentava-se provar que a idade nem sempre reflete a realidade do indivíduo. Como vemos, a idade biológica não pode ser determinante para a aposentadoria.

Devemos nesse momento fazer uma reflexão acerca das condições nas quais o trabalhador chega próximo à aposentadoria. Não queremos aqui enaltecer que devemos ampliar o período de trabalho em virtude da manipulação da idade por parte daqueles que desejam manter assegurados os valores que perpetuam o controle econômico.

Concordamos com a autora Haddad (1986:45) quando ela destaca que:

O trabalhador aposentado não consegue viver sem o trabalho que o massacrava a vida inteira, na medida em que sua vida dele depende. “Ausência de trabalho pode levar o homem à depressão e esta a morte”, explicam os especialistas em velhice. Residem aí duas ordens de contradições. Em primeiro lugar o trabalho assalariado não é fonte de vida [...] Em segundo lugar, o trabalhador aposentado é forçado a tentar ingressar novamente no processo produtivo devido às condições precárias de sobrevivência em que se encontra.

A autora ressalta que quando os especialistas (gerontólogos /geriatras) receitam o trabalho como a melhor saída para o envelhecimento sugerindo, com isso, a revisão da aposentadoria por tempo de serviço, acabam por desconsiderar a exploração da mão-de-

obra, que em nosso país alcança níveis alarmantes de opressão, obrigando aos idosos a manterem-se ativos para não entrarem em estado de miséria absoluta.

Acatando as proposições dos teóricos o Estado utiliza-se desse discurso e interfere dentro de uma realidade fictícia não contemplando aqueles que de fato são os que mais necessitam de ajuda.

A burguesia deve preocupar-se sim com os velhos, mas antes de tudo perceber que o mesmo é fruto de um sistema desigual que não contempla aqueles que, após contribuírem o suficiente, poderiam dedicar seu tempo livre a outras funções que não o trabalho como fonte de sobrevivência. Nessas, destacamos as atividades de lazer que se mostram importantes para a busca da qualidade de vida.

Perceber a importância da atividade física na velhice é para uma grande parcela da população uma situação descontextualizada da realidade. Como imaginar um indivíduo que aos 65 anos, trabalhando de sol a sol, possa pensar em se exercitar em prol de sua saúde física ou mental? Contudo, apesar do acesso dessa parcela de idosos ser ínfima, tal possibilidade, ao longo dos anos, aumentou significativamente figurando hoje, dentro de instituições públicas e privadas, como uma opção para aqueles que ainda podem exercitar-se.

A velhice não é vivida de forma igual em todas as classes. A questão da desigualdade social torna a última etapa da vida do indivíduo penosa para muitos e agradável para poucos. Haddad (ibid) afirma que a problemática social do idoso, assim como é forjada pelos teóricos, não condiz com a realidade concreta que a produz. É uma falsa questão: expressão da ideologia dominante.

Magalhães (ibid) também discute as relações das diversas idades que são parâmetros para mensuração da condição do indivíduo. O autor aponta idades tais como biológica, cronológica, social, demográfica, ideológica e política e ressalta ainda que as idades biológica e cronológica quase nunca coincidem e as demais são fruto das construções sociais sobre a velhice.

O autor ainda comenta que as significações da velhice diferem em determinada sociedade e na mesma sociedade, em relação ao momento histórico vigente, da classe social, do grupo profissional, do parentesco, da ideologia dominante, do poder econômico e político onde esse somatório de pressões influencia o ciclo da vida e o percurso de cada indivíduo do nascimento até a morte.

Lenoir (id) e Magalhães (id) têm visões semelhantes quando apontam a velhice como um problema social que surge da classe operária explorada dentro do processo de industrialização. Antes, o velho era circunscrito à família e à assistência religiosa. Agora tornou-se uma questão pública a exigir a ação institucionalizada e da sociedade civil.

Debert (1998) mostra que quando ampliamos a discussão sobre o idoso percebemos que a velhice nada mais é do que uma construção social e que ao acompanharmos sua constituição em problema social evidenciamos o discurso gerontológico que rege o campo. Com essa atitude oferecemos elementos que politizam os debates e desnudam a luta envolvida no tratamento do conjunto de questões que estão indissolúvelmente ligadas ao envelhecimento e ao processo de controle social.

A Invenção da Terceira Idade

Ao nos aproximarmos da velhice, diversos medos tomam conta de nossa existência. O medo da solidão, do abandono, da inanição e da morte. Dentro de uma sociedade onde a mais-valia tornou-se uma doxa o trabalhador percebe seu status

diminuir. A importância do velho dentro de um contexto que privilegia o novo torna-se extremamente diminuída. Ser velho equivale a obsoleto, antiquado, inútil.

Diante desse quadro desfavorável ao conceito de velho, fez-se necessário a definição de princípios norteadores que fundamentassem um novo conceito. Dessa necessidade surge a terceira idade. Não podemos negar que tal iniciativa de classificação teve a função de uma eufemização do termo velhice.

Peixoto (1998:76) assim explicou a terceira idade:

Sinônimo de envelhecimento ativo e independente, a terceira idade converte-se em uma nova etapa da vida, em que a ociosidade simboliza a prática de novas atividades sob o signo do dinamismo. A velhice muda de natureza: “integração” e “auto-gestão” constituem as palavras-chave desta nova definição.

A terceira idade torna-se um conceito que ameniza a condição da velhice. Leva o idoso a tentar negar sua condição, pois agora anseiam por não mais serem chamados de velhos e esperam que o rótulo da terceira idade recaia sobre eles.

Ser ativo, autônomo, alegre, feliz tornaram-se adjetivos que simbolizam essa nova categoria. Contudo, esse novo conceito não substitui a velhice. A esse conceito, os especialistas e as instituições especializadas no tratamento da velhice prescrevem uma maior vigilância alimentar e de exercícios físicos e fomentam a ideia de uma necessidade cultural, social e psicológica. (Peixoto, 1998)

Segundo Debert (1998) as formas de pressão traduzem-se em novas formas de expressão. Na transformação da velhice em problema social foram envolvidas novas definições que modificam o conceito de envelhecimento. Expressões como feliz idade, melhor idade, idade do lazer, traduzem um novo “estado de espírito” em que o idoso deve se enquadrar.

No entanto, esse novo conceito ao longo do tempo vem mexendo com as relações familiares. Lenoir (1996) comenta que com o advento da terceira idade as condutas dos idosos alteraram-se. Aqueles que fizeram uma poupança não mais a utilizam em sua totalidade para ajudar os filhos. Anteriormente, o capital armazenado era destinado aos filhos com a intenção de que ao serem bons pais, os filhos também seriam bons filhos, resguardando-os no momento de sua velhice.

Agora os idosos têm respaldo social para gastar o próprio dinheiro com seus desejos. Um “laissez faire” até então nunca visto por parte dos mais velhos possibilitou a auto-realização sem preocupações no tocante à reprovação social. Em reação a essa atitude, os filhos começam a aceitar a delegação a instituições especializadas do ato de cuidar dos pais no final da vida. Tornou-se menos importante a manutenção de relações de afeição que, anteriormente, eram incumbidos aos filhos.

Quando encaramos a ideia da terceira idade como uma das divisões da vida do indivíduo e não atribuímos a ela a última etapa da vida, concebemos então uma quarta idade. Empurramos a velhice para anos a frente, A quarta idade caracteriza-se pela chegada da fase da necessidade dos especialistas que possivelmente identificam o momento do recolhimento/acolhimento e dos tratamentos fisiológicos. A partir dos 75 anos a quarta idade aproxima os idosos do anterior conceito de velho ou muito velho e traduz a imagem tradicional da velhice, ou seja, a decadência ou a incapacidade física. (Peixoto, 1998:76)

O mercado logo percebeu a possibilidade de angariar essa nova clientela ávida por experimentar as benesses que a terceira idade proporciona. A atividade física, o lazer, o turismo, os tratamentos médicos, enfim uma gama significativa de opções surge para oferecer a esse público o que ele nunca imaginou ter. Os especialistas ao defenderem que o estado normal da terceira idade é o lazer, potencializam o crescimento de empresas de lazer e suas implicações no mercado de forma direta e indireta.

Os próprios asilos agora são vistos com outros olhos por parte dos familiares. As instituições passaram a reconsiderar sua imagem perante a sociedade. O nome asilo também caiu em desuso, assim como velho. Agora são denominados casas de repouso, residências ou até mesmo casas de saúde. A redução do custo moral ou afetivo frutificou o número de idosos que por opção própria ou não, entram nesses locais com maior facilidade.

A ruptura com antigos conceitos socialmente arraigados no âmago da sociedade sobre a velhice desenvolveu essa categoria que se interpõe entre a idade adulta e a velhice. Mais uma vez tentou-se manipular as idades mediante os interesses sociais.

A produção do senso comum elaborada pelos especialistas retorna para a sociedade na forma do arquétipo do homem moderno. E esse homem representa uma realidade consumista que espelha o capitalismo, pois não podemos desconsiderar que velhice como um todo é afetada pelo produtivismo que desvaloriza o antigo, o tradicional, a memória e a lembrança. (Magalhães, 1989)

A criação da terceira idade simboliza os “jovens velhos”, os aposentados dinâmicos, enquanto o termo idoso tenta dar a imagem de velhos respeitáveis. A terceira idade passa assim a ser a expressão classificatória de um grupo social bastante heterogêneo. Esse novo conceito mascara a desigualdade social em que a heterogeneidade econômica, etária, dentro outras é enorme. (Peixoto, 1998).

Quanto à heterogeneidade econômica podemos apontar uma questão relevante. A terceira idade anseia por integração. Os clubes para idosos, os bailes são mecanismos que buscam oferecer um local que seja possível ver e ser visto.

Magalhães (1989) nos mostra uma pesquisa que contribui para o esclarecimento da desigualdade social. Nos EUA e na Europa, executivos têm 77% de chance de sobreviver além dos 70 anos, enquanto entre trabalhadores braçais o percentual desce para 50%. Esses dados mostram que, quanto mais alto o estrato social, maior a possibilidade de se manter as estruturas de sociabilidade. Com isso, os mais ricos podem estatisticamente manter mais amigos do que os mais pobres.

Sendo a sociabilidade uma das possibilidades de evitar o isolamento, aqueles em condições econômicas mais favoráveis ampliam suas possibilidades de uma velhice mais sociável e feliz.

Assim Magalhães (1989:38) explica tal questão:

[...] o poder aquisitivo, aliado à preservação maior das estruturas de sociabilidade – vive-se mais nas elites- e a cultura diversificada, permitem a melhor fruição da velhice, assim como a assistência adequada quando a perda da autonomia de vida progride.

As preocupações no âmbito da aposentadoria e os cuidados sociais devem tornar-se pragmáticos, não no âmbito metafísico, como estamos acostumados a ver, mais de fato na realidade do idoso, especialmente para a população menos favorecida

economicamente. Caso isso não ocorra, continuaremos a discutir uma situação fictícia, que paliativamente, avança rumo ao efeito desconsiderando a causa.

Considerações Finais

O saber médico apropriado pelo Estado reverberou as primeiras tentativas de promover uma pastoral do envelhecimento. A saúde frente a um envelhecimento ativo parecia ser o norte que direcionaria as intervenções.

Os avanços no setor científico começavam a quebrar paradigmas que através de seus preceitos enclausuravam o idoso dentro de suas casas ou posteriormente em instituições asilares que nada mais eram do que depósitos de velhos que seguiam uma política assistencialista.

O conceito multifatorial de saúde proposto pela OMS (Organização Mundial de saúde) em 1947 representava uma convergência de fatores que agora deveriam ser analisados em conjunto. A saúde não mais significava a ausência de doença e sim um somatório de situações que deveriam ser considerados para uma avaliação da saúde do indivíduo. A atividade física começava a figurar como um meio para a busca de uma vida saudável.

Soma-se a esse processo uma efervescência mundial que representava um *carpe diem* moderno que levava a sociedade a uma nova visão de mundo que propiciava a busca pela felicidade impulsionada pela tentativa de uma vida mais intensa e ativa. A estética, a busca pela “juventude eterna”, a liberação sexual, começavam a impor ao mundo uma complacência em campos sociais antes arraigados de preconceitos que forjavam um *habitus* que não favorecia muitas variações comportamentais. A invenção da terceira idade representou essa nova tendência

Dentro dessa convulsão social, o campo do idoso se constituiu. A atividade física logo surgiria como uma das possibilidades de favorecer esse novo *habitus* que acabaria por representar uma de muitas possibilidades que agora passavam a ser aceitas socialmente.

Não podemos deixar de ratificar que as atividades físicas para idosos foram incorporadas predominantemente pelas classes média e alta que detêm condições de na fase final da vida reconhecer no exercício físico uma forma de potencializar suas chances na busca por uma melhor qualidade de vida. Esperar que indivíduos massacrados por uma vida de privações, exaustos por longas jornadas de trabalho que descompassaram sua idade biológica e cronológica desenvolvam tais atitudes é eximir o sistema da culpa e abandoná-los à própria sorte. Aliás, é o que vem acontecendo.

A velhice é o “somatório” de todas as idades. Se as mesmas representaram momentos de extrema dificuldade, ao final da jornada as mazelas adquiridas ao longo da vida insurgem com mais força. A luta por uma vida com qualidade mostra-se fundamental para que os efeitos das atividades físicas sejam potencializados na velhice.

O atual momento nos reflete uma sociedade que luta para reverberar o arquétipo do homem moderno. A vida organizada ao redor do consumo é orientada pela sedução, por desejos que se configuram muitas vezes como efêmeros. O hedonismo humano nunca foi tão explorado. A sociedade do consumo coloca seus seguidores dentro de uma norma ou padrão de saúde que constrói um ideal de aptidão afeto às possibilidades que o sistema oferece.

Assim, os idosos do futuro em nada se assemelharão aos de décadas atrás ou ainda aos de hoje. As transformações nas quais a sociedade moderna submete seus

contemporâneos será determinante na constituição de um quadro que, para os idosos do futuro (jovens de hoje), representará o *habitus* de nossa atualidade.

Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, Simone de. A velhice. A realidade incômoda. Difusão Européia do livro, 1970.

BOURDIEU . P. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
_____. Os Usos sociais da ciência. São Paulo: UNESP, 2004.

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência. saúde coletiva*, 2000, vol.5, no.1, p.163-177. ISSN 1413-8123.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), Dados preliminares do Censo 2000, Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____, Estudos e pesquisa . Informação demográfica e socioeconômica. Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

_____, Constituição (1988), Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília: DF, Rio de Janeiro: Senado, 1988.

_____, Estatuto do Idoso, Lei 10741, Brasília: DF, 2003.

DEBERT, Gita G. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias da idade. In: BARROS, Myrian Moraes Lins de. Velhice ou terceira idade. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo, A Ideologia da velhice. Rio de Janeiro, Cortez, 1986.

LENOIR. R, Objeto Sociológico e Problema Social, In: CHAMPAGNE P et al, Iniciação a prática sociológica, Petrópolis Vozes, 1996.

MAGALHÃES, Dirceu N. A invenção da velhice. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatório: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: BARROS, Myrian Moraes Lins de. Velhice ou terceira idade. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

PRATA, E.P. Os Programas especificamente destinados a população idosa. In: O Idoso na Grande São Paulo. São Paulo: Coleção Realidade Paulista Fundação SEADE, 1990.

SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO (SESC). Trabalho social com idosos: 1963/1999 36 anos de realizações. São Paulo: SESC, 1999.

_____. Carta Aberta à Nação. Avaliação e perspectivas do Estatuto do Idoso. São Paulo: SESC, 2005.

SIMÕES, Júlio A. A maior categoria do país: o aposentado como ator político. In: BARROS, Myrian Moraes Lins de. Velhice ou terceira idade. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

STUART, Hamilton Ian. Psicologia do envelhecimento: uma introdução. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TELLES, Silvio de Cassio Costa. (2008) A construção do campo do conhecimento sobre as atividades físicas para idosos no Brasil. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: PPGEF / UGF.

Rua Manuel Vitorino 553-Piedade – Rio de Janeiro CEP:20740-900

Departamento de Educação Física

Datashow

silviotelles@terra.com.br